

Idosos na era da informação: desenvolvendo competências para um mundo conectado

Seniors in the information age: developing skills for a connected world

Pedro Alves Barbosa Neto¹
 Maria Dolores Monte Nunes Araújo²

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a inclusão digital da população idosa, com ênfase na relação entre competência informacional, acesso às tecnologias e o papel das bibliotecas públicas. Analisa-se como essas instituições podem contribuir para a redução da exclusão digital, promovendo a equidade no acesso à informação e fortalecendo sua função social. Considerando o avanço da sociedade digital, destaca-se a importância de garantir que os idosos desenvolvam habilidades para utilizar as tecnologias de forma crítica e autônoma, favorecendo sua participação ativa na vida social. A competência informacional é abordada como elemento central nesse processo, por envolver a capacidade de identificar necessidades de informação, bem como localizar, avaliar e utilizar informações de maneira eficaz. Conclui-se que a promoção da inclusão digital dos idosos, mediada por bibliotecas públicas, pode contribuir para o exercício da cidadania, o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: idosos; inclusão; digital; bibliotecas.

ABSTRACT

This article presents a bibliographical review on the digital inclusion of the elderly population, with an emphasis on the relationship between information literacy, access to technologies and the role of public libraries. It analyzes how these institutions can contribute to reducing digital exclusion, promoting equity in access to information and strengthening their social function. Considering the advancement of digital society, the importance of ensuring that elderly people develop skills to use technologies in a critical and autonomous way stands out, favoring their active participation in social life. Information literacy is approached as a central element in this process, as it involves the ability to identify information needs, as well as locate, evaluate and use information effectively. It is concluded that promoting digital inclusion for the elderly, mediated by public libraries, can contribute to the exercise of citizenship, human development and improved quality of life.

Keywords: elderly; inclusion; digital; libraries.

¹ Doutor em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduado em Biblioteconomia pela mesma instituição. Professor Adjunto IV do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFRN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4741-5735>. E-mail: pedro.alves@ufrn.br.

² Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0632-7608>. E-mail: dolores.monte@ufrn.br.



Submetido em: 5 abr. 2025

Aprovado em: 27 ago. 2025

1 INTRODUÇÃO

A inclusão digital dos idosos é um tema de crescente relevância, especialmente em um mundo cada vez mais mediado pela tecnologia. A competência informacional, que se refere à habilidade de reconhecer a necessidade de informação, localizá-la, avaliá-la e utilizá-la de forma eficaz (*American Library Association*, 1989), é fundamental para que os idosos possam navegar no ambiente digital e participar ativamente da sociedade.

As mudanças nos processos de disseminação da informação ao longo das últimas décadas proporcionaram grandes transformações na sociedade, sendo essencial o desenvolvimento de habilidades que permitam o uso consciente da informação. Na atual “era da informação”, a competência em informação se torna essencial nas esferas científica e social, englobando habilidades, atitudes e valores que promovem o uso consciente e criativo da informação (Campelo, 2003; Vitorino, Piantola, 2009).

A competência informacional é um fator importante para a inclusão digital, permitindo que os idosos acessem informações e com isso, desenvolvam um senso crítico em relação ao que encontram online. A falta de habilidades informacionais pode levar à exclusão digital, uma vez que muitos idosos se sentem intimidados a utilizar tecnologias devido a sua falta de conhecimento no assunto.

O papel das bibliotecas públicas na inclusão digital de idosos é um tema relevante e em constante discussão. Diversos autores e estudos abordam essa questão, destacando a importância desses espaços como centros de aprendizado e acesso à tecnologia, desempenhando um papel transformador nesse contexto da exclusão digital. A oferta de acesso a tecnologias e internet, muitas vezes promovem programas de capacitação que visam desenvolver a competência informacional dos idosos. As bibliotecas são espaços inclusivos que podem ajudar a reduzir a exclusão digital, proporcionando um ambiente de aprendizado. Além disso, iniciativas como oficinas de informática e grupos de leitura digital têm mostrado resultados positivos na promoção da inclusão digital entre os idosos. Autores como Olinto (2010), Bernardino e Suaiden (2011), discutem a importância das bibliotecas públicas na democratização do acesso à informação e na promoção da inclusão digital. Destacam a necessidade



de as bibliotecas se adaptarem às novas tecnologias e oferecerem serviços que atendam às necessidades da comunidade, incluindo os idosos.

Os idosos, em relação à competência informacional, encontram-se em desvantagem por não terem sido incluídos em uma geração alfabetizada digitalmente, podendo, em algumas ocasiões se sentirem excluídos no aspecto digital. Para Luce e Estabel (2020), os idosos por terem nascido antes do surgimento da *Web* são considerados imigrantes digitais.

Diante da relevância da competência informacional para a inclusão digital dos idosos e do papel estratégico das bibliotecas públicas nesse processo, torna-se necessário compreender com mais profundidade o conceito de informação e suas múltiplas dimensões na sociedade contemporânea. Entender o que é informação, como ela é produzida, disseminada e apropriada, permite ampliar a análise sobre os desafios e possibilidades da inclusão digital na chamada sociedade em rede. A seguir, apresenta-se uma abordagem teórica sobre a informação, destacando seus sentidos e implicações no contexto atual.

2 A INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE

A informação, em conjunto com a tecnologia, pode ser considerada como um dos principais marcos da vida atual, promovendo mudanças nunca experimentadas na sociedade.

Destaca-se que a informação pode ser definida de várias maneiras, dependendo do contexto. Segundo Floridi (2010), a informação é dada que são processados e organizados de tal forma que se tornam significativos para o receptor. Essa definição destaca a importância do contexto e da interpretação na construção do significado da informação. Davenport e Prusak (1998) enfatizam que a informação é um recurso valioso que pode ser utilizado para tomar decisões e resolver problemas, ressaltando seu papel funcional nas organizações e na sociedade.

No contexto da diversidade de abordagens sobre o conceito de informação, destaca-se a perspectiva de Bateson (1972, p. 459, tradução nossa), que a define como “[...] uma diferença que faz diferença”. Nessa concepção, a informação é compreendida como uma mudança no mundo externo capaz de provocar uma alteração operacional em um sistema de observação, evidenciando seu caráter relacional e dependente do contexto em que é percebida.



A informação constitui um motor fundamental de transformação social. Segundo Castells (1999), em “A Sociedade em Rede”, a informação e a comunicação exercem um papel central na formação de novas estruturas sociais e na mobilização de movimentos sociais. Nesse sentido, a disseminação da informação tem o potencial de empoderar indivíduos e comunidades, contribuindo para mudanças sociais significativas ao ampliar o acesso ao conhecimento, fortalecer a participação cidadã e possibilitar a articulação de demandas coletivas. Integrando essas perspectivas, podemos dizer que a informação é um elemento central nos processos sociais e culturais, facilitando a comunicação e a troca de ideias, como também como catalisador para a transformação social.

Em um mundo cada vez mais interligado, a capacidade de acessar e interpretar informações é fundamental para a participação ativa na sociedade, tornando a sua relevância na sociedade ainda mais evidente, sendo necessário entender a informação como um conceito multifacetado, como já abordado anteriormente, abrangendo dimensões comunicacionais, sociais e sistêmicas, para o enfrentamento dos desafios contemporâneos e a promoção de um desenvolvimento social equitativo e sustentável.

3 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E A COMPETÊNCIA INFORMATACIONAL DE IDOSOS

A competência em informação, conceito que emergiu na década de 1970, diz respeito ao conjunto de habilidades, atitudes e conhecimentos necessários para identificar, avaliar e utilizar a informação de forma eficaz, conforme as necessidades individuais. Essa competência se aplica a diferentes contextos, formais e informais, e é essencial para o exercício da cidadania e a participação efetiva na sociedade contemporânea (Leite *et al.*, 2016).

Desta forma, essa competência se torna essencial, promovendo que os indivíduos acessem, interpretem e apliquem informações de maneira eficaz. Dudziak (2003) define a competência em informação como um processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades que possibilita a interação com o universo informatacional e promove o aprendizado ao longo da vida. Com o avanço tecnológico, a exclusão digital se torna uma preocupação crescente, especialmente entre os idosos. Fonseca (2005), observa que a lacuna entre aqueles



que tem acesso às novas tecnologias e os que não tem tende a aumentar as desigualdades sociais.

A competência em informação, portanto, adquire uma relevância ainda maior para os idosos, que se veem diante de um fluxo contínuo e complexo de informações na internet, exigindo habilidades específicas para navegar nesse ambiente digital (Takahashi, 2000). Essas habilidades, que incluem acesso, uso e comunicação da informação, são fundamentais para o desenvolvimento da autonomia, empoderamento, cidadania e qualidade de vida (Dudziak, 2003).

A competência em informação é um processo que pode ser desenvolvido por todos, independentemente da idade ou nível educacional. No entanto, sua manifestação varia conforme as particularidades de cada indivíduo, refletindo a complexidade do comportamento humano, que é “[...] complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação” (Minayo, 2010, p. 22). Para que os idosos exerçam seu direito à informação, é essencial que conheçam as fontes disponíveis que atendam suas necessidades informacionais. A disponibilização de alternativas adequadas pode evitar a exclusão desse grupo populacional vulnerável, permitindo que participemativamente de atividades cotidianas, desde negócios até momento de lazer (Lima; Nogueira; Burgos, 2008).

Além disso, Choo (2006) argumenta que o uso da informação resulta em uma mudança no estado do conhecimento do indivíduo, capacitando-o a utilizar a informação adquirida para atender suas necessidades. Essa transformação promove o desenvolvimento pessoal e contribui para o bem-estar geral. Portanto, a promoção da competência em informação entre os idosos é uma alternativa importante para garantir sua inclusão digital e, consequentemente, sua participação plena na sociedade.

A competência em informação pode ser vista como um movimento social que desempenha um papel importante no desenvolvimento de habilidades fundamentais, incluindo autonomia, liberdade, cidadania, qualidade de vida, e consequentemente a independência desse indivíduo.

A competência informacional dos idosos, no contexto da exclusão digital, configura-se como um tema de grande relevância social e acadêmica. O envelhecimento populacional, aliado à crescente digitalização das atividades cotidianas, torna urgente a discussão sobre os obstáculos enfrentados por essa parcela da população no acesso e uso das tecnologias da informação e comunicação.



A exclusão digital dos idosos não se limita à ausência de acesso a dispositivos e conexões, mas envolve, sobretudo, a carência de habilidades cognitivas e técnicas necessárias para interagir de maneira crítica, segura e autônoma com o ambiente digital.

Nesse cenário, as bibliotecas públicas emergem como espaços estratégicos de inclusão digital, ao oferecerem infraestrutura tecnológica, acesso à internet e, principalmente, ações formativas voltadas ao desenvolvimento da competência informacional. Programas de capacitação digital, oficinas de letramento informacional e atividades mediadas por profissionais qualificados contribuem para que os idosos adquiram as habilidades necessárias para localizar, avaliar e utilizar informações de forma eficaz. Além de fomentar a autonomia informacional, essas iniciativas promovem o engajamento social, o bem-estar e o fortalecimento da cidadania.

O desenvolvimento da competência informacional, entendido, conforme Gasque (2013), como um processo contínuo de aprendizagem voltado para o uso estratégico da informação na resolução de problemas, permite que os idosos não apenas acessem conteúdos digitais, mas também se posicionem criticamente frente às informações, participem mais ativamente da vida social e desfrutem dos benefícios proporcionados pela tecnologia.

Competência Informacional e o acesso à informação são conceitos independentes que desempenham papéis essenciais na sociedade da informação, uma vez que capacita as pessoas para aproveitar ao máximo o acesso à informação, promovendo a aprendizagem em relação às tomadas de decisão, com isto gerando sua participação ativa na sociedade. Cumpre salientar que a competência informacional não apenas capacita as pessoas a lidar com o volume de informações disponíveis, como também as transforma em consumidores críticos e participantes ativos diante de suas necessidades, constituindo-se desse modo em uma habilidade importante e necessária no mundo moderno (Figueiredo, 2011).

Estudos sobre o comportamento de usuários buscam entender os padrões de comportamento, suas motivações, estratégias e as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos ao lidar com as informações (Wilson, 1999).

Diante do exposto, constata-se que investir na competência informacional dos idosos é essencial para criar uma sociedade mais inclusiva, com qualidade de vida, empoderamento pessoal, independência, autonomia, liberdade e cidadania, em que todos tenham a oportunidade de participar ativamente e se beneficiar do mundo



moderno e em constante evolução. Essa capacitação, além de favorecer os idosos, enriquece a sociedade como um todo, promovendo a diversidade de conhecimento e experiência em todas as faixas etárias. O compromisso com a solidariedade entre gerações, entendido por Morato (2018) como base da responsabilidade intergeracional, aliado à promoção de meios eficazes de inclusão digital, é essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa, participativa e justa.

4 BENEFÍCIOS DO DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

O desenvolvimento da competência informacional entre idosos é desempenha papel essencial para combater a exclusão digital, promover a cidadania e garantir o exercício pleno de seus direitos. A competência informacional conforme a *American Library Association* (ALA), envolve a capacidade de reconhecer a necessidade de informação, localizá-la, avaliá-la e utilizá-la de forma eficaz. Para os idosos que são considerados imigrantes digitais, essa competência é necessária, sobretudo, para superar a vulnerabilidade social e garantir autonomia e liberdade.

A competência em informação compreende o desenvolvimento de habilidade, atitudes, comportamentos e valores relacionados com a utilização da informação, conforme Campello (2003). O desenvolvimento dessa competência pode contribuir para que se atinja, como já mencionado, qualidade de vida, cidadania, liberdade, desenvolvimento humano, emancipação, entre outras capacidades, no uso efetivo dos recursos informacionais (Lucca; Vianna; Vitorino, 2018).

A legislação brasileira, ao instituir o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994), reafirma o compromisso do Estado com a dignidade, a autonomia e a participação plena dos idosos na vida social (Brasil, 1994, 2003). No entanto, em uma sociedade cada vez mais mediada pela tecnologia, esses direitos só se concretizam plenamente quando acompanhados de políticas que garantam o acesso significativo à informação e às competências necessárias para sua apropriação.

A inclusão digital, nesse sentido, não deve ser compreendida apenas como uma adaptação técnica, mas como um processo de inserção cidadã, que reposiciona os idosos como sujeitos ativos na construção do presente. A competência informacional, ao favorecer o discernimento crítico e a autonomia no uso da



informação, amplia horizontes de pertencimento e de expressão social para essa parcela da população.

Mais do que atender a uma demanda específica, investir na formação informacional dos idosos é um ato político e ético, que reafirma o valor da diversidade geracional e reconhece o envelhecimento como uma etapa produtiva e intelectualmente ativa da vida.

Nesse sentido, a interseção entre competência informacional, inclusão de idosos e o papel das bibliotecas públicas é de grande relevância social. À medida em que a sociedade se torna cada vez mais digital, é vital que todos os grupos, incluindo os idosos, tenham acesso às ferramentas e habilidades necessárias para participar plenamente.

A biblioteca pública, no cumprimento de suas finalidades, exerce múltiplas funções no contexto comunitário, assumindo um papel social, cultural, informativo e educativo. Atua como um ponto de acesso central e dinâmico, preparado para responder de forma proativa às diversas e mutáveis necessidades de informação da população. Como destacam Koontz e Gubbin (2013), trata-se de uma instituição estratégica, capaz de se adaptar às transformações sociais e tecnológicas, promovendo inclusão, cidadania e desenvolvimento comunitário.

As tecnologias da informação e de comunicação afetam diretamente o trabalho dos bibliotecários, pois modificam formatos, suportes, processamentos e a disseminação da informação para além do acervo tradicional, “[...] influindo na forma de mediação entre o bibliotecário/cliente” (Valentim, 2000, p. 17).

Ao desenvolver competências informacionais entre pessoas idosas, as bibliotecas públicas contribuem para a superação da exclusão digital e para o enfrentamento da solidão, ao mesmo tempo em que fortalecem os vínculos sociais e o engajamento comunitário. Nesse contexto, investir em programas voltados à inclusão digital e ao letramento informacional nas bibliotecas não é apenas uma iniciativa de acesso à tecnologia, mas uma estratégia essencial para promover justiça social, equidade e o pleno exercício da cidadania por parte da população idosa.

5 O IMPACTO DA EXCLUSÃO DIGITAL PARA OS IDOSOS

A exclusão digital entre os idosos é um tema de grande relevância, especialmente em um mundo cada vez mais conectado digitalmente. Com o aparecimento de novas tecnologias, que indubitavelmente contribuíram para o



desenvolvimento globalizado em todos os setores da sociedade contemporânea, trazendo inúmeras transformações no mundo. Não é raro, que muitos idosos se sintam excluídos digitalmente, pois não conseguem acompanhar a evolução.

Gil (2019) defende que as pessoas mais jovens nascidas em um contexto com tecnologias e recursos digitais já disponíveis são consideradas nativas digitais; por outro lado, aqueles que se adaptaram, ou buscam adaptar-se, à nova realidade tecnológica correspondem aos imigrantes digitais.

Diante do avanço da tecnologia, podemos observar, através do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Gomes; Britto, 2023), que o envelhecimento da população brasileira tem se tornado uma tendência cada vez mais evidente, a população de pessoas idosas residente no Brasil era de 32.113.490 pessoas, representando um acréscimo de 56,0% em relação àquela recenseada em 2010. Os idosos nasceram em um mundo analógicos e agora estão diante de uma nova realidade mundial, onde não estão preparados, para sozinhos se incluírem na era digital.

A população idosa, habituada a modalidade de comunicação análogas, como a correspondência, através de cartas, telegramas e a telefonia fixa, enfrenta um processo de transição abrupto para um paradigma de comunicação digital, exigindo a adaptação a um novo sistema, o informacional.

As imposições de resolver várias tarefas online, criou uma barreira quase insuperável para aqueles que não possuem as habilidades necessárias ou recursos para navegar no mundo digital. Nesse sentido, a inclusão digital é uma questão de dignidade e respeito, pois sem a habilidade de acessar as plataformas de comunicação digital, eles se tornam invisíveis em uma sociedade que se comunica e se conecta principalmente por meio da internet. A exclusão digital, acabou por deixar para trás os que não conseguiram acompanhar, de alguma forma, ou por algum motivo, o avanço dessas mudanças (Debert, 1988).

A exclusão digital pode trazer consequências negativas, tanto em relação ao isolamento social que pode interferir na saúde mental, como a depressão, solidão e declínio cognitivo.

Um dos principais impactos da exclusão digital é a marginalização social. Segundo o estudo de Takahashi (2000), a falta de habilidades digitais pode levar os idosos a se sentirem isolados, cada vez que muitas interações sociais e atividades



comunitárias estão se deslocando para plataformas online. Isso pode resultar em um aumento da solidão e afastamento social.

É necessário o avanço tecnológico, porém, o futuro digital tem que ser inclusivo, oferecendo suporte adequado aos idosos. Lutar contra a exclusão digital não é apenas questão de acesso à tecnologia e sim uma questão de dignidade, respeito e bem-estar aos idosos.

No Brasil, a população idosa é vista como parte da população que sofre o processo de “exclusão digital”, por inúmeros fatores, conforme Diniz *et al.* (2020).

Os idosos possuem seus direitos assegurados por Lei, como é o caso do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e também, pela Lei n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994, que instituiu a Política Nacional do Idoso e criou o Conselho Nacional do Idoso (Brasil, 1994, 2003).

É importante educar a população sobre a gravidade do etarismo e combater os estereótipos sobre o envelhecimento, onde o Estado tem o papel fundamental nessa inclusão, executando políticas, programas e cumprindo os direitos dos idosos. Entretanto, cada um, tem responsabilidades, pois tem a obrigação de agir com respeito e sem preconceitos com a população, afinal a exclusão digital impacta na qualidade de vida dos idosos e levam a exclusão e a segregação dessas pessoas, que passam a não se sentirem acolhidos pela sociedade. As consequências desse comportamento discriminatório se estendem a questões de saúde até questões econômicas e de desenvolvimento humano.

Para Morato (2018), a vulnerabilidade da pessoa idosa encontra o seu embasamento no art. 230 da Constituição Federal, não sendo aceitável a alegação de que, com os anos, a questão da exclusão digital será obrigatoriamente “solucionada” pelas gerações, posto que existe o dever moral e jurídico da Sociedade e do Estado brasileiro de proteger as pessoas idosas e de jamais negligenciar as obrigações contempladas no texto constitucional.

O etarismo, ou seja, a discriminação por motivo de idade, é considerado crime no Brasil. De acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), a lei pune aqueles que discriminam pessoas idosas, dificultando seu acesso a serviços ou direitos (Brasil, 2003). A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XLI, já estabelece que a lei deve punir qualquer tipo de discriminação que atente contra os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos (Brasil, 1988).



O Estatuto do Idoso, em seu artigo 96 (Brasil, 2003), especifica as penalidades para quem comete esse crime, como impedir ou dificultar o acesso de idosos a operações bancárias, meios de transporte, direito de contratar ou qualquer outro meio necessário para o exercício da cidadania. A pena para esse crime é de reclusão de 6 meses a 1 ano, além de multa.

Em seu livro “Cibercultura”, Pierre Lévy (1999), analisa o impacto das tecnologias digitais na sociedade, abordando as formas de exclusão que podem surgir neste ambiente, discutindo que a exclusão digital vai além dos simples acessos a equipamentos, abrangendo também a capacidade de participar ativamente da cultura digital.

Para Almeida et al. (2005, p. 59):

A exclusão social e a exclusão digital são mutuamente causa e consequência. Cidadãos que se enquadram em um ou mais tipos de exclusão social [...] podem ser inibidos de acompanharem a evolução tecnológica, passando a condição de integrantes da exclusão digital.

A exclusão social pode ser considerada essencialmente como uma situação de falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros. Dessa forma, a exclusão social pode implicar privações, falta de recursos ou, de uma forma mais abrangente, ausência de cidadania, se, por esta se entender a participação na sociedade nos diferentes níveis em que está se organiza e se exprime: ambiental, cultural, econômico, político e social (Amaro, 2004).

A exclusão digital também pode impactar a educação e o aprendizado contínuo, a falta de acesso à tecnologia impede que os idosos participem de cursos online e outras oportunidades de aprendizado, limitando assim, seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Bhattacharjee, Baker e Waycott (2020) identificam cinco tipos de barreiras para a inclusão digital dos idosos, quais sejam: perdas cognitivas e físicas pelo envelhecimento; constantes atualizações no design de recursos digitais , além de sua alta complexidade; poucas iniciativas em ensinar ao idoso e de idosos buscarem aprender o uso de ferramentas digitais pela percepção (regra) de que idosos são incapazes de aprender o uso de tais ferramentas; material de ensino mal adaptados para esse grupo; desincentivo social aos idosos em aprender a usar dessas novas tecnologias.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da literatura evidencia que a articulação entre competência em informação, competência informacional e comportamento informacional no contexto da população idosa transcende o campo técnico e adquire contornos sociais, culturais e políticos. A exclusão digital enfrentada por muitos idosos não se limita à ausência de dispositivos ou conexão à internet, mas reflete um processo mais amplo de marginalização informacional, no qual essa parcela da população é frequentemente invisibilizada nas dinâmicas contemporâneas de acesso, produção e uso da informação. A inclusão digital, portanto, deve ser compreendida como uma dimensão essencial da inclusão social, e a competência informacional como uma via para a emancipação, a autonomia e o exercício pleno da cidadania na era digital.

A capacidade de buscar, avaliar e utilizar informações de forma eficaz, conforme delineado por autores como Leite *et al.* (2016); Dudziak (2003); Fonseca (2005); Takahaski (2000); Minayo (2010); Lima, Nogueira e Burgos (2000); Choo (2006); Lucca, Vianna e Vitorino (2018), não busca apenas capacita os idosos a navegar no mundo digital, mas também busca promover sua participação ativa na sociedade, fortalecendo sua autonomia e melhorando na qualidade de vida.

O bibliotecário é um profissional da informação que tem como uma das funções mais importantes a orientação do usuário para a obtenção da informação e consequentemente a solução de uma dada necessidade informacional. Nesse sentido, as bibliotecas públicas emergem como espaços fundamentais, atuando como mediadoras do conhecimento e facilitadoras do acesso às tecnologias, desempenhando um papel fundamental na inclusão digital e no desenvolvimento da competência informacional da população estudada.

Ao oferecerem programas de capacitação, recursos digitais e apoio personalizado, as bibliotecas públicas podem contribuir de forma efetiva para a redução da exclusão digital e para a promoção do envelhecimento ativo.

A relação entre competência informacional, inclusão digital dos idosos e o papel das bibliotecas públicas é recíproco. A promoção da competência informacional nas bibliotecas facilita o acesso à informação, como também empodera os idosos, permitindo que se tornem cidadãos ativos e informados.

Vê-se, portanto, que as definições de comportamento informacional, competência informacional e competência em informação são conceitos importantes



e interdependentes no campo da ciência da informação e da educação, mais especificamente quando se trata de pessoas idosas.

Como síntese, é possível dizer que o comportamento informacional destaca as ações e processos que os indivíduos utilizam para lidar com a informação (Wilson, 2000). A competência informacional, refere-se às habilidades necessárias para buscar e usar informações de forma mais eficaz (Bruce, 1997). Já a competência em informação, abrange um conceito mais amplo, que inclui habilidades práticas, como também a compreensão crítica do papel da informação (*Association Of College And Research Libraries*; 2000).

Esses conceitos são necessários para o entendimento acerca de como os indivíduos interagem com as informações e como elas podem ser usadas em seu desenvolvimento de habilidades informacionais.

Por fim, a inclusão digital de pessoas idosas não se limita ao acesso a dispositivos e conexões: trata-se de garantir condições reais para que se tornem participantes ativos e autônomos da sociedade da informação. Isso requer não apenas tecnologia, mas também mediação, acolhimento e formação contínua. Espera-se que este trabalho sirva de ponto de partida para novas investigações que aprofundem a compreensão das múltiplas barreiras enfrentadas pelos idosos na aquisição de competências digitais, reconhecendo a diversidade desse grupo — marcada por variações de escolaridade, renda, contexto cultural e localização geográfica. É fundamental que as bibliotecas públicas avancem em abordagens sensíveis e personalizadas, que considerem essas diferenças e promovam o acesso equitativo ao conhecimento. Compreender e valorizar o papel dos bibliotecários como agentes de transformação social é um passo decisivo nesse processo. São eles que, na prática, conectam gerações, reduzem desigualdades e reafirmam a biblioteca como um espaço de cidadania, pertencimento e inclusão.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. B. de; *et al.* O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira. **Journal of Information Systems and Technology Management**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 55-67, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jistm/a/7BZxyCX73JT9tJbBmsbfZ8w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 abr. 2025.



AMARO, R. R. A exclusão social hoje. In: FRANÇA, R. et al. (org.). **Cadernos Insta:** uma cultura para a paz. Lisboa: Instituto São Tomás de Aquino, 2009. v. 5, n. 9, p. 13-21. Disponível em: http://www.ista.pt/1/upload/ista_9_2000.pdf. Acesso em: 24 jun. 2004.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Report of the presidential committee on information literacy:** final report. Washington, DC: ALA, 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential#opp>. Acesso em: 24 nov. 2024.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Information literacy competency standards for higher education.** Chicago: American Library Association, 2000.

BATESON, G. **Steps to an ecology of mind.** London: Chandler Publications, 1972. Disponível em: <https://ejcj.orfaleacenter.ucsb.edu/wp-content/uploads/2017/06/1972.-Gregory-Bateson-Steps-to-an-Ecology-of-Mind.pdf>. Acesso em: 2 set. 2024.

BERNARDINO, M. C. R.; SUAIDEN, E. J. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/59tSQqr4G9TjSBNBGdXnrrv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 jun. 2024.

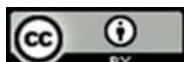
BHATTACHARJEE, P.; BAKER, S.; WAYCOTT, J. Older adults and their acquisition of digital skills: a review of current research evidence. In: AUSTRALIAN CONFERENCE ON HUMAN-COMPUTER INTERACTION, 32., 2020, Sydney. **Proceedings** [...]. Sydney: ACM, 2020. p. 437-443. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/3441000.3441053>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRUCE, C. S. **As sete faces da alfabetização informacional.** Adelaide: Auslib Press, 1997.



CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/9nQgbdkq5nXsNBLfv5MBHNM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 jul. 2024.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**: a era da informação. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CHOI, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DEBERT, G. G. (org.). **Antropologia e velhice**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1988. (Textos didáticos, 13).

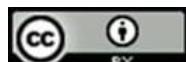
DINIZ, J. L. et al. Inclusão digital e o uso da internet pela pessoa idosa no Brasil: estudo transversal. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 73, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/r7qfDSx6KNMyfPbYQYFpJmw/?lang=pt>. Acesso em: 3 abr. 2025.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/xDBTqDKvmcsvMnmwLWprjmG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2024.

FIGUEIREDO, M. F. de. **Busca e validação da informação imagética na web**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/745>. Acesso em: 2 jun. 2024.

FLORIDI, L. Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) como filosofia da informação aplicada: uma reavaliação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 37-47, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.usp.br/incid/article/view/42318/45989>. Acesso em: 3 abr. 2024.

FONSECA, M. C. **Letramento digital**: uma possibilidade de inclusão social através da utilização de software livre e da educação à distância. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência da Computação) — Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/14/26/o-letramento-digital-como-instrumento-de-inclusao-social-e-democratizaccedilatio-de-conhecimento-desafios-atuais>. Acesso em: 22 jun. 2024.



GASQUE, K. C. G. D. Competência em informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ**: novas práticas em informação e conhecimento, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41315/25246>. Acesso em: 3 mar. 2025.

GIL, H. The elderly and the digital inclusion: a brief reference to the initiatives of the European Union and Portugal. **MOJ Gerontology & Geriatrics**, Edmond, v. 4, n. 6, p. 213-221, 2019. Disponível em: <https://medcraveonline.com/MOJGG/MOJGG-04-00209.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2025.

GOMES, I.; BRITTO, V. Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 1 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 6 fev. 2025.

KOONTZ, C.; GUBBIN, B. (ed.). **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2013.

LEITE, C. et al. Cenário e perspectiva da produção científica sobre comportamento em informação (ColInfo) no Brasil: estudo da produção no âmbito da ANCIB. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 26, n. 3, p. 151-168, set./dez. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/91349>. Acesso em: 15 abr. 2025.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. Disponível em: <https://mundonativodigital.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/03/cibercultura-pierre-levy.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2024.

LIMA, I. T. da S.; NOGUEIRA, S. S. de Q.; BURGOS, T. de L. Inclusão do idoso no mundo digital: realidade mato-grossense e cenário brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal. **Anais eletrônicos** [...]. Natal: Intercom, 2008. p. 1-14. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1687-1.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2024.

LUCCA, D. M. de; VIANNA, W. B.; VITORINO, E. V. A competência em informação de idosos: contribuição da literatura. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 12, n. 4, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107293>. Acesso em: 3 mar. 2025.

LUCE, B. F.; ESTABEL, L. B. Letramento informacional e mídias sociais: uma experiência com idosos para a competência informacional na identificação de fake news. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 16, n. 35, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1661>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.



MORATO, A. C. O idoso na sociedade da informação: da inclusão social à inclusão digital. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 8 jan. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jan-08/direito-civil-atual-idoso-sociedade-informacao/>. Acesso em: 5 set. 2024.

OLINTO, G. Bibliotecas públicas e uso das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento social. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 77-93, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270551410_Bibliotecas_publicas_e_uso_das_tecnologias_de_informacao_e_comunicacao_para_o_desenvolvimento_social. Acesso em: 2 jun. 2024.

TAKAHASHI, T. (org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: https://repositorio.mcti.gov.br/bitstream/mctic/6501/1/2000_sociedade_da_informacao_no_brasil_livro_verde.pdf. Acesso em: 25 maio 2024.

VALENTIM, M. L. P. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 5, n. 9, p. 16-28, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2000v5n9p16>. Acesso em: 15 abr. 2025.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez. 2009. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1236/1414>. Acesso em: 20 set. 2024.

WILSON, T. D. Human information behavior. **Informing Science**, Santa Rosa, v. 3, n. 2, p. 49-55, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270960171_Human_Information_Behavior. Acesso em: 15 abr. 2024.

WILSON, T. D. Models in information behaviour research. **Journal of Documentation**, Londres, v. 55, n. 3, p. 249-270, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228784950_Models_in_Information_Behaviour_Research. Acesso em: 3 mar. 2025.

